

CARTA POLÍTICA EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA E DOS TERRITÓRIOS EM SANTARÉM-PA

Nós, representantes de entidades presentes na Reunião Pública pela Reforma Agrária e em Defesa dos Territórios no auditório do STTR de Santarém, no dia 01 de setembro de 2025, reafirmamos nosso compromisso em defesa da Reforma Agrária e da garantia dos Territórios diante das tantas ameaças históricas e atuais que cercam as comunidades rurais. E exigimos que o poder público siga com os deveres legais e constitucionais pela proteção da vida na Amazônia.

A Reforma Agrária em Santarém significa proteção de comunidades agroextrativistas que ocupam tradicionalmente a terra firme e a várzea. Também significa a garantia da agricultura familiar nas comunidades localizadas nos eixos das rodovias e ramais, e que produzem alimentos que abastecem as cidades, sustentam as feiras e chegam às mesas dos trabalhadores e trabalhadoras urbanas. A Reforma Agrária em todo o Oeste do Pará representa 5 milhões de hectares do Bioma Amazônia, de acordo com a FASE, destinados a projetos de assentamentos federais onde se busca produzir alimentos e proteger a floresta.

Os territórios quilombolas são cruciais para a economia, a preservação da cultura e identidade afro-brasileira, a saúde socioambiental e o reconhecimento de direitos fundamentais, como o acesso à terra. Representam não apenas um espaço físico, mas um ambiente de reprodução social e cultural, fundamental para a garantia de uma sociedade mais justa e sem preconceitos, pilares na preservação de tradições, costumes, práticas culturais e religiosas de matriz africana, que foram determinantes na formação da identidade brasileira. A terra é o espaço onde as comunidades desenvolvem suas relações sociais e onde a ancestralidade e a espiritualidade são vivenciadas e, em Santarém, a luta pela preservação dos territórios se dá frente a projetos de desenvolvimento, como portos do agronegócio, que ameaçam a dinâmica social e ambiental das comunidades. Os territórios quilombolas são vitais para o reconhecimento do direito à terra e à cidadania das comunidades, combatendo preconceitos e promovendo uma sociedade mais inclusiva.

Lideranças que estão na linha de frente da luta pela reforma agrária, pelos quilombos e unidades de conservação, pela alimentação saudável e pelos territórios protegidos constroem a democracia no seu cotidiano e são constantemente ameaçadas. Nesse cenário, o Estado do Pará segue sendo destaque como o mais violador de direitos fundamentais de defensores e defensoras, especialmente quando defendem seus

territórios e meio ambiente, segundo pesquisa publicada recentemente pela Terra de Direitos e Justiça Global. Contudo, as metodologias de proteção a denunciante de crimes ambientais e fundiários na região Oeste segue sendo revitimizadora desses sujeitos.

As unidades de conservação em Santarém são vitais para a proteção da rica biodiversidade amazônica, a manutenção de serviços ecossistêmicos como a produção de água, a preservação da cultura dos povos tradicionais e o controle do uso sustentável dos recursos naturais, o que contribui para a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável da região. As unidades de conservação garantem que ambientes naturais importantes para a reprodução e sobrevivência de espécies de fauna e flora residentes e migratórias sejam preservados e fornecem serviços essenciais para a população, como a produção e regulação da água e a conservação de recursos naturais. A manutenção da biodiversidade e dos ecossistemas diretamente contribui para a qualidade de vida dos povos e comunidades tradicionais que habitam, cujos conhecimentos ancestrais são fundamentais para a preservação do meio ambiente.

Com os eventos extremos ocorrendo em nossa região, sejam as secas dos rios e as tempestades, as comunidades rurais têm sofrido com a perda da produção, perda de sementes, erosão do solo e aumento do custo de alimentos. As comunidades que já estão cercadas pela monocultura de soja, pelo agrotóxicos, pela pecuária na terra firme e de maneira mais danosa na várzea, vêm seu território pressionado, diminuído e tem a soberania alimentar ameaçada. Os assentamentos ainda assim são exemplos produtivos com suas experiências de resistência e resiliência por meio da diversificação da produção, da realização de festivais comunitários e do desenvolvimento de projetos agroecológicos baseados na valorização do saber local.

Reafirmando a atualidade da Reforma Agrária para os povos da Amazônia, a importância dos Territórios Quilombolas titulados e das Unidades de Conservação protegidas, EXIGIMOS QUE:

1. Os assentamentos coletivos sejam mantidos em sua integralidade, ou seja, com todo território defendido pelas comunidades de maneira autônoma, seja no georreferenciamento, seja no CCDRU;
2. O financiamento climático alcance e priorize os Assentamentos da Reforma Agrária, tanto os coletivos como os convencionais, pois estão vulneráveis a invasões e ao desmatamento por falta de fiscalização;

3. O orçamento do Incra seja ampliado para viabilizar as supervisões ocupacionais e que seja feita nos assentamentos a retirada dos invasores, pois são eles que promovem a especulação das terras, as queimadas e o desmatamento;
4. A destinação de terras públicas tomada como prioridade pelo governo federal sirva para a criação e ampliação de assentamentos ambientalmente diferenciados;
5. A desburocratização pelo Banco da Amazônia do acesso a crédito rural para as famílias agricultoras em áreas de assentamento;
6. Para viabilizar os deslocamentos dos assentados e assentadas, acesso a água e o escoamento da produção sejam realizadas parcerias na promoção de melhoria dos ramais e infraestrutura dos assentamentos, quilombos e unidades de conservação;
7. A posse até outubro de 2025 dos 40 novos servidores na Superintendência do Incra em Santarém;
8. Promovam melhores condições de trabalho aos servidores do Incra;
9. O Incra implemente estrutura para mediação de conflitos fundiários na SR 30;
10. O incra amplie a oferta de cursos e vagas do Pronera nos territórios de Santarém;
11. O Estado crie e implemente mecanismos integrados para proteção das lideranças ameaçadas por defender os territórios;
12. O Iterpa e ao Incra acelerem a demarcação e titulação dos Territórios Quilombolas em sua totalidade;
13. Sejam dados mais investimentos para políticas de Saúde e Educação no Campo e Quilombola, construídas com a devida consulta e participação dos povos;
14. Os órgãos do sistema de segurança estruturem de maneira integrada as ações de enfrentamento ao crime organizado nos territórios;
15. O Incra conclua a supervisão ocupacional com análise dos imóveis e a atualização de Relação de beneficiários nos assentamentos indicados como prioritários pela Superintendência;
16. Seja feita a retomada do planejamento estratégico da SR do Incra e a conclusão do georreferenciamento dos assentamentos convencionais e ambientalmente diferenciados;
17. O Icmbio estruture de maneira adequada as licenças ambientais para atividades realizadas nas unidades de conservação;
18. Seja garantida a participação das comunidades na identificação das feições dos territórios no Cadastro Ambiental Rural dos Assentamentos a serem inseridos na plataforma adequada;
19. Seja ampliado o quadro de Procuradores, servidores e assessores nos Ministérios Públicos nos municípios do interior da Amazônia;

20. As políticas de segurança e soberania alimentar e nutricional nos assentamentos, quilombos e unidades de conservação sejam ampliadas e fortalecidas.

Sem Reforma Agrária, Sem territórios e lideranças protegidas, não há vida na Amazônia!

Santarém-PA, 01 de setembro de 2025

Assinam esta Carta:

STTR de Santarém

CNS Baixo Amazonas

Federação das Organizações Quilombolas de Santarém - FOQS

Federações das Associações de Moradores, Comunidades e Entidades do Assentamento Agroextrativista Eixo Forte - FAMCEE

Federação das Associações de Moradores e Comunidades do Assentamento Agroextrativista Lago Grande - FEAGLE

Conselho do PAE Ituqui

Conselho do PAE Aritapera

Guardiões do Bem Viver

Forum dos PAEs de Várzea

Terra de Direitos

FASE Amazônia

Maparajuba

Comissão Pastoral da Terra - Santarém

Tapajós de Fato

Grupo de Defesa da Amazônia- GDA

Movimento Tapajós Vivo